

## Eleições na Unesp

*Contrárias ao processo antidemocrático e discriminatório em curso, Adunesp e Sintunesp sinalizam: a luta pela democratização da Universidade deve prosseguir*

**A** escolha dos novos ocupantes aos cargos de reitor e de vice-reitor da Unesp (gestão 2013-2016) acontece nos dias 17 a 20 de setembro de 2012. A única chapa inscrita – Julio Cezar Durigan para reitor e Marilza Vieira Cunha Rudge para vice – foi homologada pela Comissão Eleitoral Central no dia 29 de junho. Ambos se desincompatibilizaram de suas respectivas funções, vice-reitor em exercício e pró-reitora de Pós-Graduação, no dia 30 de junho.

Em maio, a Adunesp e o Sintunesp divulgaram o documento conjunto “Carta Aberta ao Colégio Eleitoral da Unesp”, contendo as propostas das entidades visando a democratização – em vários aspectos – do processo de escolha dos novos dirigentes da Universidade.

Nenhuma foi acolhida. Em 2012, mais uma vez, teremos um processo eleitoral antidemocrático e discriminatório.

Respalgadas em seus posicionamentos históricos, expressos em decisões congressuais, a Adunesp e o Sintunesp vêm novamente a público delimitar alguns aspectos importantes sobre o processo eleitoral em curso na Universidade. Ainda que não tenham sido aprovadas para este ano, trata-se de reivindicações que continuarão na ordem do dia.

### **A necessária volta da paridade**

Muitos dos servidores docentes e técnico-administrativos, notadamente os que ingressaram na Universidade mais recentemente, não sabem que o processo de escolha dos dirigentes da Unesp, antes de 1996, era bem diferente do atual.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (lei nº 9394/96) deu início a uma etapa de restrição à autonomia universitária em todo o país. Na Unesp, a nova legislação serviu de estímulo aos setores mais retrógrados, culminando com a aprovação, pelo Conselho Universitário, de uma

reforma nos estatutos da Universidade que pôs fim aos processos democráticos que vinham sendo observados.

As experiências de escolha para reitor e vice anteriores a 1996 apontavam para a consolidação de uma prática democrática iniciada em 1983. Naquele ano, a comunidade acadêmica, representada pela Adunesp S. Sindical, DCE-Helenira Rezende e Comissão dos Funcionários (o Sintunesp viria a ser criado em 1989), enfrentou e venceu o conservadorismo e o autoritarismo da legislação e dos dirigentes, conquistando a consulta paritária para a eleição dos postos executivos.

O movimento de democratização da Unesp teve um importante impulso naquele momento. Essa luta propiciou ganhos concretos para a democracia no interior da universidade, não só expressa no Estatuto de 1988, como também em todas as consultas paritárias realizadas pelo Colégio Eleitoral desde então.

Embora certos procedimentos de eleição, como é o caso da paridade na consulta, não estivessem previstos estatutariamente, a vontade política da comunidade era respeitada por meio de pactos consensuais nas diversas instâncias de tomada de decisões.

Atualmente, nada impede que a comunidade unespiana volte a ser consultada de forma paritária, como ocorria antes de 1996. Este mesmo questionamento vem sendo feito em universidades públicas de todo o país, sendo que em várias delas os processos democráticos foram restabelecidos.

As eleições para a reitoria da Unesp em 2012, aliás, acontecerão em meio a um crescente movimento pela democratização das estruturas de poder nas universidades públicas, como se viu há pouco na mobilização da comunidade acadêmica da UnB, que referendou a realização de consulta paritária na escolha do novo reitor este ano, a exemplo do que já havia ocorrido em 2008. A decisão foi aprovada no Conselho Universitário (Consu) da UnB, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2012.



## Pela gestão democrática da Universidade

Além da volta da paridade na consulta para a escolha dos novos dirigentes em 2012, passo fundamental para a concretização da democracia dentro da Universidade, Adunesp e Sintunesp também reivindicaram do Colégio Eleitoral o fim da exigência de titulação mínima aos candidatos, bem como a inscrição de chapas completas – reitor, vice-reitor, pró-reitores etc –, de modo que a comunidade conheça, antes das eleições, o perfil e as propostas de todos os que almejam dirigir a Universidade. Nada disso foi implementado.

Adunesp e Sintunesp conclamam servidores docentes e técnico-administrativos a buscarem a unidade com o segmento estudantil e, juntos, levarem adiante a luta por eleições livres e democráticas, que se dá em sintonia com a defesa das seguintes bandeiras:

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão,

com garantia de financiamento público.

- Defesa clara da universidade contra todas as formas de privatização, como é o caso das obscuras relações com as fundações ditas “de apoio”, a existência de cursos pagos, cobrança na prestação de serviços etc.

- Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais paulistas.

- Garantia de salários dignos e de condições de trabalho adequadas aos servidores técnicos administrativos e docentes, inclusive com o preenchimento das lacunas existentes, por meio de concurso público.

É inconcebível a autonomia universitária sem a democracia interna. É impossível dissociar a escolha de dirigentes das instituições de ensino superior de uma concepção democrática de universidade.

## Desrespeito à Assembleia Universitária e ao PDI

Um dos momentos mais significativos da vida da Unesp aconteceu em 2000, quando a mobilização dos três segmentos pressionou a administração a convocar a Assembleia Geral Universitária, realizada no campus de Bauru, entre os dias 30 de março e 2 de abril.

Entre os debates realizados, estava a gestão universitária. Os 400 presentes - professores, servidores e estudantes eleitos delegados em todas as unidades da Unesp, paritariamente - votaram maciçamente pela volta da paridade na composição dos órgãos colegiados e nas eleições para reitor, diretores de unidade etc.

Os turbulentos momentos que se instalaram na Unesp nos anos seguintes, com a gestão do reitor José Carlos Souza Trindade, facilitaram o engavetamento daquela histórica decisão.

Mais recentemente, em 2008, a participação organizada por Adunesp e Sintunesp durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp levou a algumas deliberações importantes, aprovadas e inseridas no texto final. Entre elas, está a que determina à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder da instituição. Embora houvesse se comprometido publicamente a encaminhar este debate nos órgãos colegiados centrais, conforme o aprovado no PDI, o vice-reitor em exercício, professor Julio Cezar Durigan, atualmente afastado para concorrer à reitoria, não cumpriu a palavra.

## O “sumiço” do voto nulo

Na reunião em que aprovou a regulamentação das eleições à reitoria da Unesp, em 16/6/2012, o Colégio Eleitoral inseriu uma medida bastante questionável e até surpreendente: extinguiu o voto nulo!

Para a Adunesp e o Sintunesp, trata-se de uma clara tentativa de “abafar” o protesto da comunidade, tradicionalmente expresso nos votos nulos. Para os que desejam votar nulo, o recado implícito é: “não participe do processo”. Assim, convenientemente, os votos de protesto não apareceriam no cômputo geral.

Ora, mas votar nulo é um direito reconhecido em quaisquer eleições, sejam elas para síndico de prédio, presidente da República ou reitor da Unesp.

## Sintunesp propõe voto em branco como protesto

Diante desta nova arbitrariedade, o Sintunesp reafirma a decisão aprovada no IX Congresso da categoria, realizado em novembro passado, que foi a de votar nulo nas eleições a reitor, caso a paridade não fosse restabelecida. Em lugar do voto nulo, os servidores são chamados a comparecer e a votar em branco.

O Sintunesp pede o apoio dos docentes e estudantes, que desejam uma universidade democrática, para que também manifestem seu protesto nesta eleição.